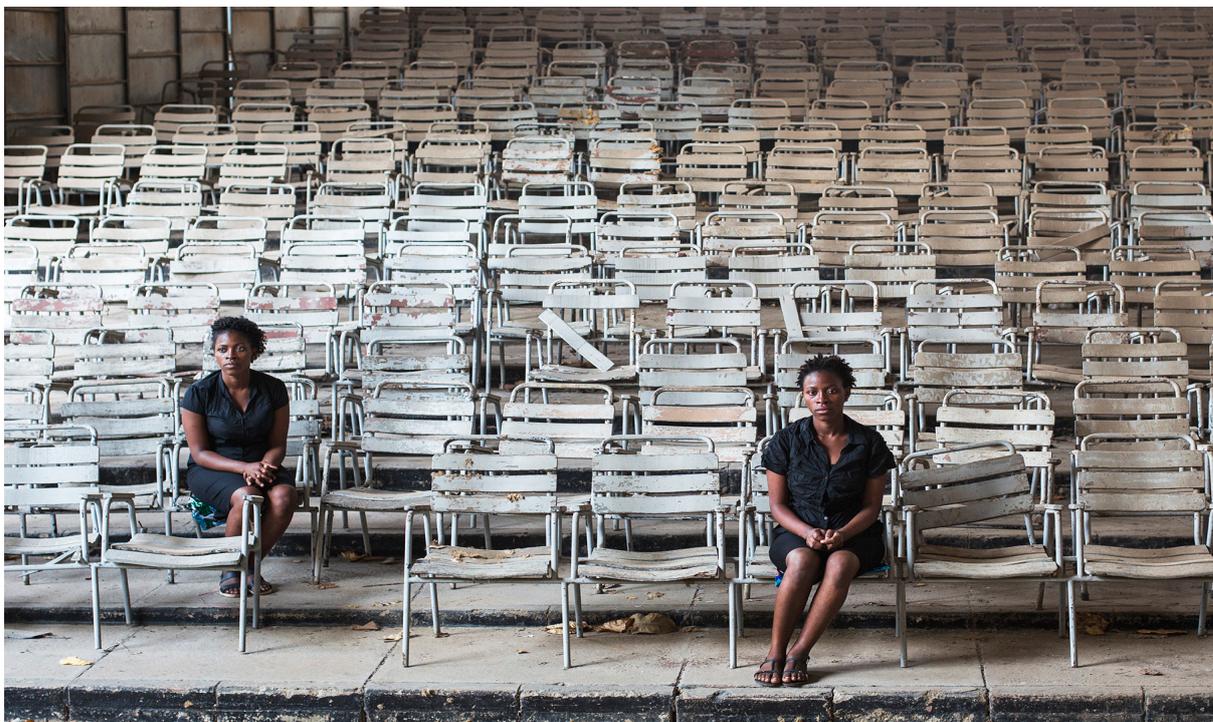




FILHOS DE IMPÉRIO E PÓS-MEMÓRIAS EUROPEIAS
CHILDREN OF EMPIRES AND EUROPEAN POSTMEMORIES
ENFANTS D'EMPIRES ET POSTMÉMOIRES EUROPÉENNES

Sábado, 16 de fevereiro de 2019



Twins (da série *Cinema Karl Marx*) | 2017 | Mónica Miranda (cortesia da artista)

QUESTÕES DE LÍNGUA, MULTILINGUISMO E EXÍLIO

António Pinto Ribeiro

“O Senhor, porém, desceu, afim de ver a cidade e a torre que os homens estavam a edificar. E o Senhor disse: «Eles constituem apenas um povo e falam uma única língua. Se principiaram desta maneira, coisa nenhuma os impedirá, de futuro, de realizarem todos os seus projectos. Vamos, pois, descer e confundir de tal modo a linguagem deles que não consigam compreender-se uns aos outros».

E o Senhor dispersou-os dali por toda a superfície da Terra e suspenderam a construção da cidade. «Por isso, lhe foi dado o nome de Babel, visto ter sido lá que o Senhor confundiu a linguagem de todos os habitantes da Terra. E foi também dali que o Senhor os dispersou por toda a Terra.»

Gênesis 11, -9



Sem a intenção de fazer qualquer exegese bíblica, este fragmento do Livro do Génesis que trata o episódio da Torre de Babel permite olhar ainda hoje para os dilemas com que nos confrontamos relativamente às questões da língua e da linguagem enunciadas já no Antigo Testamento. Vejamos: no mito da torre de Babel o que está em causa são três aspectos. Começamos pelos dois primeiros: a tentativa de todos os povos - no tempo em que todos falavam a mesma língua - de construir uma torre para chegar a Deus. Este terá visto este acto de expressão comunitária como uma tentativa de usurpação do seu poder, o que teve como consequência o segundo aspecto - serem todos os homens punidos com a amnésia da língua original e a dispersão pelos muitos territórios do mundo, cabendo a cada um utilizar uma língua diferente, de que resultaria uma enorme confusão na comunicação e no entendimento. Muitos dos dilemas de hoje - que passam pelo desaparecimento de línguas antigas e minoritárias, pelo imperativo da tradução de literaturas de autores oriundos de nações outrora colonizadas e pela hegemonia de uma língua, o inglês, como a língua da globalização - começaram na Idade Moderna com a expansão europeia e a colonização para a qual a conversão religiosa foi um pretexto eficaz de colonização do espírito e de extinção das línguas locais. A este propósito, os relatos de Humboldt nas suas viagens pela América do Sul ou os diários de Richard Burton, caricaturando a língua de indígenas brasileiros, são repositórios importantes. Mas mais importantes ainda são os estudos de Lévy-Strauss, do grupo da "decolonality" latino-americana como Eduardo Viveiros de Castro, Walter Mignolo, Aníbal Quijano, ou de antropólogos como Aparecida Vilaça, Yvone de Freitas Leite, Elisa Loncon Antileo, Pedro Niemeyer Cesarino, ou líderes índios como Ailton Krenac. Estes últimos, ao mesmo tempo que denunciam o extermínio das línguas nativas, também as estudam, tentam registá-las quando tal ainda é possível. Com este investimento intelectual recuperam a memória das línguas e, com isso, um universo cultural pré-colonial. Este processo, que envolve também juristas, reclama a importância do multilinguismo oficial em países como a Bolívia, a Guatemala, alguns estados brasileiros, o Perú e o Chile. Também em alguns casos, e porque existem línguas nacionais escritas, tem aparecido produções literárias com alguma relevância.

Situação semelhante é passível de se encontrar na maioria dos países africanos - mais evidente na África subsariana do que na África do Norte - e onde a par das línguas oficiais dos antigos países colonizadores - português, francês, inglês, italiano, e de várias simbioses como o *afrikaner* - continuam a existir milhões de falantes de línguas nacionais. E se o multilinguismo é oficial em países como a África do Sul ou Cabo Verde, tal não significa que as línguas nacionais sejam um padrão regular e eficaz de comunicação e de conceptualização, e a afirmação de Mia Couto de que

“os vencidos vivem pela oralidade” (1) é mais expressão de um desejo do que uma realidade, já que um dos motivos do desaparecimento de muitas línguas decorre do facto de não terem uma escrita, serem línguas de transmissão oral. Ainda assim o trabalho sobre as culturas transmitidas pelas formas orais e visuais têm contributo para se acertar uma arqueologia dos saberes em territórios tanto em culturas ameríndias quanto para os africanos. E se é um facto que o uso de uma língua torna o seu falante proprietário da mesma e o legitima a desvios da língua do colono, o debate sobre o uso desta língua pelo colonizado existe há muitos anos e permanece como uma questão central da descolonização. Chinua Achebe, considerado o fundador da literatura africana de língua inglesa, defende o uso do inglês nas suas obras porque considera que enquanto nigeriano o inglês contribui para a unificação do seu país – “É só em inglês que posso falar com os meus compatriotas nigerianos rompendo duzentas fronteiras linguísticas” (2) - mas reconhece ter a sorte de ter como língua materna o *igbo*, uma das três línguas que não está em extinção. Numa posição radicalmente oposta situa-se o queniano Ngũgĩ wa Thiong’o, autor de *Decolonising the Mind: The Politics of Language in African Literature* (1986), entre outras obras. No final da década de 60 do século passado Ngũgĩ wa Thiong’o renunciou à língua inglesa e passou a escrever em *quiculu*, uma língua bantu. Esta atitude parece remotamente ter tido origem no seguinte episódio que viveu na infância: numa questão de disputa de propriedades num tribunal do Quênia foi o arguido acusado de se apropriar indevidamente das terras do seu pai quem ganhou a causa só porque a sua defesa foi feita em textos escritos contra a argumentação do legítimo proprietário que arguiu numa língua tradicional de transmissão exclusivamente oral. Anos mais tarde, a sua recusa de escrever em inglês assumia uma dimensão política pois considerava que o uso do inglês contribuía para que o colonialismo de espírito permanecesse. Um outro intelectual nigeriano, Kole Omotoso, autor de *Season of Migration to the South: Africa’s crises reconsidered* (1994) é um defensor do multilinguismo – ele próprio escreve em yoruba, inglês, árabe e francês como estratégia política e literária de legitimação epistemológica do intelectual africano, para que este possa reclamar uma cidadania universal e os seus concidadãos possam reencontrar-se na multiplicidade de línguas. Esta atitude intelectual é já uma sofisticação de uma proposta de um grupo de intelectuais liderado pelo escritor Amin Malouf que, em 2008, defendeu a aprendizagem de três línguas: a língua materna, a língua de comunicação global e uma língua de adopção conforme ao gosto, interesse ou outra tradição do aprendiz (3).

No plano do uso literário, o que está em causa da Weltliteratur de Goethe à obra de Omotoso e a Malouf, é o ideal do acesso à escala mundial de obras de literatura e de formulações conceptuais



sem que a língua possa constituir uma barreira. Neste sentido, a punição de Deus em vez de gerar uma confusão entre os homens permitiria potencializar a multiplicidade sem criar disputas entre a espécie humana. Seria um grande revés para Deus. Contudo, está por resolver o que ficou, não da punição de Deus, embora muitas vezes Ele tenha sido invocado por outros homens, capatazes, negociantes, soldados, religiosos, políticos e governantes de origem europeia para imporem a outras pessoas e territórios, línguas e práticas culturais que lhes eram estranhas e que, entre outros efeitos, conduziram ao extermínio das suas línguas e a memória dessas nações.

Ainda que o uso da língua faça do seu falante seu proprietário, uma língua transporta em si uma memória e é-lhe intrínseca uma capacidade performática que só se actualiza e torna pragmática num contexto em que o seu uso seja recorrente. Daqui conhecerem-se as dificuldades das diásporas quando as segundas e as terceiras gerações apresentam dificuldades no uso da língua materna, mesmo se a mesma serve de evocação dos territórios de origem dos pais.

Zia Soares, actriz portuguesa, filha de mãe angolana e de pai timorense mas que muito cedo veio viver para Lisboa, dizia recentemente (4) que muitas vezes “no palco tudo parece certo mas que às vezes há um constrangimento que lhe vem do facto de estar a sentir que as coisas que está a dizer não correspondem ao que realmente quer dizer; é como estar a falar de uma língua (o português) de que não tem memória, uma língua que lhe foi imposta e contudo ela fez toda a sua aprendizagem em Portugal e em português”. Mas é também neste embaraço em que às vezes se encontra que se recorda do seu pai a falar *tétum* e como isso tanto a encantava ainda que esta seja uma língua minoritária e quase sem falantes na Europa. O que aqui acontece é a evidência de uma fractura entre a língua que o seu pai falava e a dificuldade em apreender toda a memória que essa língua contém. De algum modo, a actriz confronta-se com querer pertencer a uma língua que já perdeu e à memória cultural de que a mesma está impregnada e ter de recorrer a outra língua que domina mas que nem sempre quer dizer o que ela quer, como se fosse exilada num território que não lhe é desconfortável mas ainda assim não cumpre os seus propósitos de comunicação. E isto é uma constante das segundas e terceiras gerações pós-coloniais para quem a diáspora é ainda um exílio.



-
- (1) In programa da folha de sala de *Os netos do Gungunhana*, Teatro o Bando, Teatro Municipal S.Luiz, 2018.
- (2) Achebe, Chinua, *A educação de uma criança sob protetorado britânico. Ensaios*. (2009) Isabel Mara Lando (trad.). São Paulo, Companhia das Letras, 2012, p.104.
- (3) Cf. Amin Maalouf, Grupo de Intelectuais para o Diálogo Intercultural, http://europa.eu/rapid/press-release_IP-07-972_pt.htm
- (4) Entrevista ao projeto *Memoirs – Filhos de Império e Pós-memórias Europeias*, 9 de Novembro de 2017.
-

António Pinto Ribeiro é investigador do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, projecto *Memoirs- Filhos de Império e Pós-memórias Europeias* (ERC n. 648624) e programador cultural. A sua mais recente publicação é: *O desejo de viver em comum* (2 vols.) Edições Tinta da China e CML, 2018, (autor e organizador).

MEMOIRS é financiado pelo Conselho Europeu de Investigação (ERC) no âmbito do Programa-Quadro Comunitário de Investigação & Inovação Horizonte 2020 da União Europeia (n.º 648624) e está sediado no Centro de Estudos Sociais (CES) da Universidade de Coimbra.